

Multinacional usa 'lobby' de entidades

HUGO STUDART

As multinacionais norte-americanas instaladas no Brasil pretendem influir na Assembleia Constituinte para que a futura Carta continue organizando a sociedade brasileira com base na democracia representativa e na livre iniciativa, e para que seja adotada uma máxima descentralização do poder, no plano administrativo. Elas não devem organizar nenhum lobby direto sobre os constituintes, mas sim agir através de empresários-parlamentares e, principalmente, do poderoso lobby que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) estão preparando.

"Temos interesses em comum com empresários brasileiros", explica Ercole Carpentieri, vice-presidente executivo da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, a American Chamber of Commerce for Brazil. "É óbvio que também queremos influir na Constituinte", admite Carpentieri, "mas só podemos agir indiretamente, através das organizações empresariais brasileiras".

AFIF e AMATO

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, deputado federal eleito com cerca de 500 mil votos, e Mário Amato, presidente da Fiesp, serão dois dos principais defensores dos interesses das multinacionais na Constituinte. Na verdade, Afif defenderá os interesses dos comerciantes e das pequenas e médias empresas, enquanto Amato é o líder do bloco dos empresários nacionais que atuarão junto ao Congresso na defesa da livre iniciativa. São as multinacionais que comungam com suas idéias; desisti-

ram de tomar qualquer iniciativa própria ou aberta e resolveram apoiá-los.

No dia 16 de dezembro último, Amato reuniu-se na sede da Fiesp com cerca de 30 representantes de empresas estrangeiras para discutir a conjuntura nacional e a Constituinte, disse um dos participantes. Declaram que todas as primeiras segundas-feiras do mês, a partir de 2 de fevereiro, eles se reuniriam na Fiesp para debater seus problemas econômicos, trocar informações e acompanhar os trabalhos do lobby empresarial na Constituinte.

O vice-presidente da Fiesp, Teixeira da Silva, e o 1º vice-presidente da Anfavea, Jacy de Souza Mendonça, coordenadores do grupo de empresas estrangeiras na Fiesp, explicam que as reuniões não servirão para discutir a Constituinte, mas sim conjuntura nacional. Constituinte será apenas um dos temas e, aliás, segundo informam, nas duas reuniões já realizadas nem foi o tema principal. "O grupo é permanente, sobreviverá ao fim da Constituinte e tem por objetivo canalizar as preocupações dos empresários estrangeiros à direção da Fiesp", argumenta Mendonça.

As sugestões e preocupações das multinacionais com os rumos da Constituinte serão dirigidas a um seleto grupo de três diretores da Fiesp, coordenadores do lobby empresarial junto ao Congresso e a sociedade. As sugestões da Fiesp, por sua vez, serão encaminhadas à Comissão de Constituição da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, encarregada do corpo-a-corpo junto aos parlamentares. Um dos coordenadores do grupo da Fiesp, por sinal, será o presidente da Comissão da CNI.

Já com Guilherme Afif Domini-

gos, o encontro foi em 29 de janeiro último. Não foi uma reunião de trabalho, mas uma conversa informal com os diretores da Câmara Americana de Comércio. Afif falou mais do que ouviu, explicando quais idéias defenderá na Constituinte. Os empresários decidiram que sua atuação estará de acordo também com os interesses estrangeiros no Brasil, e vão apoiá-lo, ainda que Afif não tenha solicitado apoio.

Foi da conversa informal que nasceu, pela primeira vez, um documento explicitando exatamente o que as empresas multinacionais gostariam de ver na nova Constituição. Afif mostrou um artigo seu, que seria publicado na edição de 2 de fevereiro do "Diário do Comércio" — órgão da Associação Comercial paulista.

O artigo é praticamente uma reprodução da carta de princípios do recém-fundado Instituto Liberal. Os empresários gostaram e republicaram o artigo, na forma de editorial, em inglês e português, na edição do boletim da Câmara Americana de São Paulo — o Update, de 9 de fevereiro último — enfatizando para o público interno seus interesses na Constituinte.

Financiados por empresários como Roberto Konder Bornhausen, presidente do Unibanco e ex-presidente da Federação Nacional dos Bancos, Jorge Gerdau, do grupo siderúrgico Gerdau, e Jorge Simeira Jacob, do grupo Fenícia, o "Instituto Liberal", por sua vez, foi fundado para divulgar no País as idéias e doutrinas do "liberalismo social" e propor, junto à opinião pública e aos constituintes, soluções para as crises social e econômica brasileiras.

GRUPOS ESTRANGEIROS

Nem os empresários americanos nem a Câmara Americana de Comércio são os únicos interessados estran-

geiros na Constituinte brasileira. Há também grupos organizados com interesses comuns, como o Conselho Empresarial Brasil/Estados Unidos, o "Grupo dos 30", e as duas Câmaras Americanas de Comércio — em São Paulo e no Rio de Janeiro. Das empresas filiadas à Câmara, apenas 60% são norte-americanas, com 13 de outros países e 27% de empresas nacionais — como os bancos Bradesco, Itaú e Unibanco ou as indústrias Klabin.

Filiadas à Câmara Americana em São Paulo há 2.200 empresas, e outras 1.200 filiadas no Rio. E os interesses econômicos são monumentais: somente as empresas norte-americanas em São Paulo possuem investimentos de US\$ 10 bilhões no Brasil.

Para tentar diminuir os conflitos entre os dois governos e aceitar os negócios bilaterais, um grupo de empresários norte-americanos e brasileiros organizou o Conselho Empresarial Brasil/Estados Unidos. Ele se reúne apenas uma vez por ano, como pessoas físicas, para conversar sobre os negócios bilaterais. Na verdade, o Conselho serve apenas para que seus dirigentes — empresários como Angelo Calmon de Sá, presidente do Banco Econômico, ou Paul Oreflice, ex-presidente da Dow Chemical no Brasil — tenham respaldo e representatividade para eventualmente falarem das relações entre os dois países.

Dentro do Conselho, um grupo de empresários nacionais — como Calmon de Sá ou Laerte Setúbal, da Duratex — criou informalmente o "Grupo dos 30", na tentativa de agilizar esse trabalho de "azeitamento" — definiu um empresário — e diminuir os conflitos bilaterais, como a recente crise sobre a reserva de mercado para a informática.

Contra reservas e cartórios

Nada de reservas de mercado, monopólios ou cartórios; pelo livre comércio nas transações internacionais, e pela restauração da soberania do consumidor. São estes alguns princípios que as multinacionais instaladas no Brasil gostariam de ver garantidos na futura Constituinte. Todos são temas abordados na carta de princípios do Instituto Liberal e reproduzidos pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil, seção São Paulo, como ideais para a atração de capitais externos para o desenvolvimento do País.

Em resumo, são as seguintes as teses das multinacionais para a Constituinte: que a sociedade brasileira seja organizada segundo os princípios da liberdade política e econômica, do respeito à propriedade privada e da responsabilidade individual; que seja organizada com base na democracia representativa, no plano político, na economia de

mercado, no plano econômico, e na máxima descentralização do poder, no administrativo; que sejam proibidos os privilégios econômicos e seja restaurada a soberania do consumidor; a iniciativa privada deve ser a mola-mestra do desenvolvimento econômico e as empresas estatais que não puderem sobreviver sem privilégios devem ser extintas ou privatizadas; o Estado deve ser impedido de expandir sem controle dos meios de pagamento (emissão de papel moeda); o câmbio e as transações entre moedas devem ser livres e as operações de empréstimos externos feitas diretamente entre pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras; as empresas devem administrar diretamente os recursos que hoje pagam ao Estado: saúde, educação, previdência, alimentação e habitação dos trabalhadores; pela livre organização sindical e pela livre negociação salarial.

Missão de Henrique é integrar

JOSÉ FONSECA FILHO

O novo líder do PMDB, deputado Luiz Henrique (SC), aponta como prioridade de seu trabalho a integração da bancada do partido com o governo, de modo a atuar objetivamente para oferecer alternativas aos problemas econômicos, ao tempo em que o coloca como co-participante das decisões oficiais. Nesse sentido, acha que não haverá conflito com a liderança do governo, exercida pelo deputado Carlos Sant'Anna (BA), que deve atuar como interlocutor do presidente na bancada.

Mesmo reconhecendo as variadas tendências políticas dos parlamentares peemedebistas, Luiz Henrique não acredita em radicalização ideológica e destaca que os pontos comuns, constantes do programa partidário, devem ser preservados na etapa final do processo de transição democrática que deságua na promulgação da nova Constituição.

O primeiro passo da integração entre a bancada e o governo será um debate com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro — já convidado pelo líder —, talvez ainda esta semana. Conhecendo mais os problemas do governo, observa Luiz Henrique, o PMDB deixará de ser o partido da crítica para se capacitar a oferecer alternativas criativas para a solução dos problemas nacionais, conforme ele afirma nesta entrevista exclusiva a O Estado.

Como funcionará a nova liderança do PMDB?

Temos a convicção de que antes de mais nada é preciso caminhar para o fortalecimento do processo de transição democrática que terá como termo a promulgação da nova Constituição. Nesse período teremos de construir a integração do partido no oferecimento de alternativas para a solução da grave crise econômica que nos afeta. Com a bancada integrada ao governo podemos fazer com que o PMDB norteie as decisões econômicas a serem adotadas para conjurar a crise.

É possível liderar uma bancada dividida em correntes diferentes de pensamento e atuação?

Um partido não seria democrático se não tivesse várias tendências. O PMDB é, por excelência, um partido chelo de tendências, pois foi durante muito tempo a federação nacional das oposições. Ao longo da caminhada para derrotar o regime au-

toritário, o partido aglutinou personalidades políticas das mais diversas origens e condições. Hoje se constitui uma maravilhosa obra de engenharia política. No perfil da bancada há figuras que normalmente seriam antagônicas, mas, pela simbiose do momento político, estão no mesmo patamar defendendo pontos comuns. A unidade da bancada será conseguida através desses pontos comuns. Deve haver união de todos acima das questões partidárias, ou não venceremos a crise econômica.



Luiz Henrique

Qual sua posição sobre a proposta de uma Constituinte exclusiva que possa baixar atos constitucionais sobre a Carta em vigor, como propôs o deputado Maurílio Ferreira Lima?

Defendo a Constituinte livre e soberana. É uma questão programática do PMDB. Temos de considerar a realidade da correlação de forças e os objetivos nacionais, e não submeter a transição democrática a sobressaltos. Em princípio, a proposição de Ferreira Lima deve conduzir a uma negociação política que não afete a soberania, afastando do atual texto constitucional alguns resquícios do autoritarismo, mas mantendo a ordem constitucional vigente para que após essa negociação a Assembleia Constituinte se dedique exclusivamente à sua tarefa específica.

A radicalização ideológica pode prejudicar os trabalhos da Constituinte?

Não acredito. Os companheiros

do PMDB foram sábios em todos os momentos. Sabem agora o momento de avançar como de parar ou reduzir a marcha, para que o processo se desenvolva com sensibilidade. Não creio que haja intransigência.

Existindo agora o líder do governo, ficam o líder do PMDB e sua bancada mais desobrigados de seus compromissos com o governo?

Eu destacaria outro aspecto. O PMDB é um partido heterogêneo, mas tem pontos básicos que unem a todos. O governo também é heterogêneo, fruto de uma articulação política entre contrastes para atingir um objetivo comum, que foi a eliminação do colégio eleitoral e sair do autoritarismo para o regime democrático. Dentro dessa heterogeneidade do partido e do governo, é importante distinguir as duas funções, líder do partido e líder do governo: um coordena a bancada, e outro se põe como interlocutor do governo perante a bancada.

Como político, considera-se de tendência esquerdista, centrista ou de direita?

Não gosto de rótulos, pois já me colocaram alguns muito injustos. Eu me situo numa posição de centro-esquerda, onde está o PMDB, que é um partido de centro-esquerda.

O PMDB não está se afastando do governo em função do fracasso do Plano Cruzado?

Durante 20 anos fomos o partido do tambor, da crítica, e nisso fomos muito competentes. Só com a palavra, sem violência, conseguimos derrotar o autoritarismo do regime militar. Agora temos de deixar o tambor e aprender a tocar o violino, ou seja, passar do exercício da crítica para o oferecimento de alternativas. Estou propondo à bancada a integração com a área econômica do governo, para que o partido busque soluções criativas para a conjuração da crise. O PMDB tem de sair do niilismo da oposição para ser um partido capaz de oferecer alternativas para cada aspecto da crise brasileira.

Qual deve ser o limite de interferência do Estado na economia?

Entendo que devemos estabelecer na nova Constituição linhas claras, como divisor entre a ação do governo e da iniciativa privada. O Estado precisa atuar nos setores básicos. Hoje há confusão, sem delimitação clara entre as esferas de atuação do setor público e da empresa privada. Trabalharemos nesse sentido.